

tranqüilo dos mortos bem-aventurados existia e sempre haveria de existir, ao lado do agitado mundo dos vivos. Que o tempo se movia para uma consumação universal, quando todas as coisas estariam bem para todo o sempre e o caos deixaria de ser uma ameaça — esta noção não tinha lugar no pensamento egípcio.

2

MESOPOTÂMIA

Já no início da época histórica, por volta de 3000 a.C., os povos que falavam a língua suméria, concentrados no extremo sul da Mesopotâmia, haviam chegado a uma noção própria de ordem do mundo. E esta noção foi adotada e adaptada pelos povos que falavam acádio, os quais viviam em parte ao lado daqueles que falavam sumério, mas sobretudo mais ao norte: babilônios e assírios também aderiram a ela quando dominaram a Mesopotâmia no segundo e no primeiro milênios.¹

Assim como a avançada civilização egípcia, a avançada civilização mesopotâmica durou cerca de três mil anos, mantendo-se extraordinariamente uniforme durante esse prolongado período. Fosse com predomínio sumério ou com predomínio semítico, irradiando-se de Ur, de Uruk, de Nipur ou ainda de Agade, da Babilônia, de Asshur ou de Nínive, tratava-se sempre e reconhecidamente da mesma civilização. Entretanto, não foi nunca uma civilização tranqüila. A geografia e a história associaram-se para tornar a vida na Mesopotâmia ainda menos segura do que no Egito.

Sem intervenção humana, a Mesopotâmia teria permanecido um deserto escaldante e estéril. Graças ao sistema de irrigação que coletava e canalizava as cheias repletas de sedimentos dos rios Tigre e Eufrates, ela se tornou uma terra fértil, com uma agricultura capaz de alimentar uma grande população. Mas o trabalho de irrigação era extremamente árduo. As inundações, entre abril e junho, ocorriam tarde demais para as safras de inverno e cedo demais para as de verão. A irrigação precisava ser ininter-

rupta, exigindo uma rede de canais e diques, que por sua vez demandavam o esforço incessante de uma vasta força de trabalho. Mesmo assim não havia garantia de êxito. O Tigre e o Eufrates eram muito menos confiáveis do que o Nilo. Bastava que o nível das águas se mantivesse baixo por alguns poucos anos para que a terra se tornasse um deserto; e, por outro lado, uma única cheia excessiva podia transformá-la em um gigantesco pântano. Não importava o que o homem conseguisse em termos de irrigação e agricultura, ele sempre corria o risco de ver desfeito seu trabalho. O futuro sempre era imprevisível e ameaçador. Às vezes, chuvas torrenciais e ventos abrasadores carregados de poeira tornavam a vida quase intolerável. E mesmo nas melhores épocas a Mesopotâmia era uma terra difícil de ser cultivada. Não era, de forma alguma, rica em recursos naturais: metais, pedras, madeiras tinham de ser trazidos de outras regiões. A vida era uma luta sem trégua contra a natureza recalitrante.

Por volta do terceiro milênio, a guerra constituía outra fonte de insegurança. A oeste do Eufrates estende-se o vasto deserto sírio-árabe, com sua dispersa população de nômades. Os camponeses mesopotâmicos que ocupavam a planície aluvial eram constantemente atormentados por essas tribos selvagens, que atacavam suas aldeias e vilarejos. E, entre os habitantes das planícies e os moradores dos contrafortes montanhosos ao norte, havia uma tensão permanente que muitas vezes explodia em violentos conflitos. Uma interminável guerra de guerrilhas foi a ruína de uma série de reinos mesopotâmicos. Vezes sem conta a região foi invadida e conquistada por povos das terras altas: gúttios, elamitas, cassitas, persas.

Mas, acima de tudo, os mesopotâmicos guerreavam entre si. Durante a primeira metade do terceiro milênio, os governantes sumérios lutavam entre si pela supremacia sobre a Suméria, que abrangia uma dezena de cidades-Estado. De meados do terceiro milênio até a queda da Babilônia, em 539 a.C., incontáveis monarcas no sul e no norte, sumérios e semitas, lutaram entre si com o objetivo de estabelecer um reino cujas fronteiras englobassem toda a Mesopotâmia. E essas guerras sempre deixavam um rastro de destruição e matança indiscriminadas.

Para os mesopotâmicos, o cosmos era algo muito real, tão real quanto as forças que o ameaçavam.

No início, segundo a mais antiga visão de mundo mesopotâmica, nada havia além do oceano salgado, primordial, ilimitado. Depois o oceano gerou o céu e a terra, vinculados entre si. Um deus forçou a separação deles e assim criou este mundo ou universo, que passou a se assentar, imerso, em meio ao oceano primordial. O mundo consistia da terra, imaginada como uma travessa plana com a borda corrugada de montanhas; acima dela, a abóbada do céu, apoiando-se sobre as montanhas e sustentada pela atmosfera, com corpos astrais movendo-se ao longo dela; abaixo da terra, uma massa de água doce, chamada *abzu* ou *apsu* (de onde se originou a palavra "abismo"); e, ainda mais para baixo, sob o *abzu*, havia outro hemisfério, o mundo inferior, onde viviam os espíritos dos mortos.

Por volta do terceiro milênio, o mundo todo era visto como um Estado. Sobre a superfície da terra, este mundo não se estendia, além da Mesopotâmia e das nações com quem mantinha relações. A Mesopotâmia, e sobretudo sua capital — Babilônia, para os babilônios, e provavelmente Nipur, para os sumérios —, era o eixo do mundo, o qual era governado por deuses e deusas mesopotâmicos.

Muitas dessas divindades representavam originalmente aspectos da natureza. Além disso, funcionavam como patronos individuais das diversas cidades-Estado que se desenvolveram na Suméria no final do quarto milênio e início do terceiro. Mais tarde houve uma mudança de ênfase: todas as divindades foram organizadas em um único panteão estruturado hierarquicamente — o qual, ampliado, seria depois adotado por babilônios e assírios. Em todos os seus aspectos, o panteão revelava uma preocupação com a ordem — tanto a da sociedade como a da natureza — em todo o mundo.

Originalmente, o deus mais graduado era a divindade tutelar da cidade de Uruk, chamado An em sumério e Anu ou Anum em acádio, a língua dos semitas. Seu nome era a palavra suméria que designava o céu, e de fato ele era um deus celeste: a chuva estava associada a ele, assim como as constelações mutáveis e, por intermédio delas, as épocas do ano com seus respectivos trabalhos e festivais. An era o pai de todas as coisas: havia gerado plantas e

árvores e os deuses eram seus filhos, assim como os demônios. An controlava tudo na natureza e na sociedade. Sob seu comando, todas as coisas seguiam pelo caminho apropriado. Foi a vontade dele que extraiu do caos a existência e instaurou a ordem no mundo. Majestoso e remoto, representava a autoridade absoluta — e toda autoridade, divina ou humana, originava-se dele, como o sabiam os próprios deuses:

*Ó An! Tua grande autoridade está acima de tudo,
quem poderia negar isto?
Ó pai dos deuses, tua autoridade,
o fundamento mesmo do céu e da terra,
que deus poderia desprezá-la?*

Quase tão poderoso quanto An era o deus Enlil, uma figura de extraordinária complexidade. Patrono da cidade de Nipur e deus do vento, era a potência que originalmente havia separado o céu da terra, criando assim o mundo. Também era ele a força que sustinha os ritmos da natureza e propiciava abundância e prosperidade à terra. Graças a ele cresciam as plantações, reproduziam-se os animais, os peixes e as aves, mantinham-se cheios de água os canais. A vida da sociedade também se devia a ele: sem a permissão de Enlil nenhuma cidade podia ser fundada ou habitada, nenhum curral de gado ou redil de ovelhas podia ser construído, nenhum rei, senhor, sacerdote ou general podia ser nomeado. Enlil, porém, não era uma divindade puramente benévola. Se, como senhor do úmido vento da primavera, era amigo do agricultor, como senhor do vento tempestuoso era uma figura temível, implacável executor de toda destruição decretada pelos deuses.

No final, o papel de Enlil tornou-se quase tão abrangente quanto o de An. Enquanto An era o senhor do céu, Enlil era o senhor da terra e o deus nacional da Suméria. Tal como An, passou a ser chamado de “pai dos deuses”, e o primeiro mês do ano, no qual se decidia o destino do novo ano, era consagrado a ambos. Planejador cósmico de infinita sutileza, administrador cósmico de infinita habilidade, Enlil era a encarnação da providência divina:

*Enlil, cuja autoridade é de longo alcance, cuja palavra é sagrada,
O senhor cujas decisões são imutáveis, que para sempre
decreta os destinos,*

Cujo olho exaltado vasculha as terras,

Cuja luz exaltada penetra no coração de todas as terras,

Enlil, sentado à larga no trono branco, no trono sublime,

Que aperfeiçoa os decretos do poder, da soberania, do principado,

Os deuses terrestres se curvam temerosos perante ele,

Os deuses celestes se humilham perante ele [...].³

Os deuses governantes e dominadores permaneceram no centro da visão de mundo dos mesopotâmicos enquanto durou a civilização deles. Quando, no decorrer do segundo milênio, o antigo mundo das cidades-Estado sumérias foi substituído pelos impérios semitas, An e Enlil tenderam a passar para o segundo plano, em favor dos principais deuses desses impérios: Marduk, na Babilônia, e Asshur, na Assíria. As crenças subjacentes permaneceram as mesmas: tanto Marduk como Ashur tornaram-se reis dos deuses e governantes do mundo.

Logo abaixo de An e de Enlil estava o deus Enki (Ea, em acádio) — o deus tutelar de Eridu — e a deusa Ninhursaga. Cabia a Enki implementar as decisões de An e Enlil, organizar o mundo como cidade-Estado e mantê-lo em bom estado de funcionamento. Estreitamente associado à água doce, Enki definiu os regimes do Tigre e do Eufrates, encarregando um deus de cuidar dos canais e outro de garantir que os pântanos ficassem repletos de peixes e juncos. Também organizou as chuvas e determinou que um terceiro deus cuidasse delas. Deus da inteligência e da sabedoria, patrocinava as artes e os ofícios, a ciência, a literatura e a magia benéfica. Quanto a Ninhursaga — conhecida como “senhora do ventre” e “senhora das formas” —, era a mãe de todas as coisas vivas, “a mãe de todas as crianças”. Encarregada da proliferação dos rebanhos e da perpetuação da humanidade, seu lugar era ao lado de An, Enlil e Enki como uma das principais divindades.

Em seus papéis como governantes do mundo, An e Enlil tinham um representante muito eficaz no deus-sol, chamado pelos sumérios de Utu e pelos semitas de Shamash, que era o deus tutelar de Larsa e de Sipar. Sua tarefa específica era a manutenção de um princípio ao qual sumérios e semitas atribuíam grande importância e que designavam por termos que significavam “retidão”, “correção”, “verdade” e também “justiça”.⁴ Em acádio,

as palavras eram *ketu* e *mesharu*, e com frequência o deus-sol era chamado de “senhor de *ketu* e *mesharu*”: às vezes era até imaginado e retratado tendo ao lado uma deusa *Ketu* e um deus *Mesharu* — de maneira similar ao deus-sol egípcio *Ra* e seus acompanhantes, a deusa *Ma'at* e o deus *Thoth*. Na Mesopotâmia, tal como no Egito, o curso do sol era visto como um exemplo perfeito de retidão, de correção. E em ambas as regiões considerava-se que o sol, ao seguir por seu caminho, estava na posição mais adequada para observar onde se respeitava a correção e a justiça e onde estas eram transgredidas: ele era “aquele para quem não existem segredos”. E havia preces que associavam a exultação pelo nascer do sol à louvação de *Shamash* por ele haver ministrado a justiça social. Em geral, *Shamash* era representado empunhando um bastão e um anel, que indicavam respectivamente a retidão e a completude e simbolizavam a ordem a que estavam submetidos os deuses supremos e todo-poderosos.

Ainda que *An*, *Enlil*, *Enki/Ea*, *Ninhursaga* e *Utu/Shamash* fossem os principais responsáveis pela manutenção da ordem cósmica, também havia uma multidão de deuses e deusas menores, encarregados de cuidar de determinada cidade ou então, a pedido de *Enki*, de determinado aspecto do mundo. Cada uma dessas divindades governava seu domínio por meio de uma ou mais entidades que os sumérios chamavam de *mes*.³ Embora o termo *me* não possa ser traduzido adequadamente por nenhuma palavra das línguas modernas, temos uma idéia geral de seu significado para os mesopotâmicos. Um *me* atuava como uma regra, uma lei ou um decreto, regulamentando um elemento específico na sociedade ou civilização. Durante a criação do mundo, *An* reuniu todos os *mes* e colocou-os sob os cuidados de outros deuses, seus filhos. A partir de então, *Enki* dirigiu ou “cavalgou” as “dezenas de milhares” de *mes*; ao mesmo tempo, outros deuses cuidavam da supervisão e custódia de *mes* específicos. O domínio dos deuses; as funções de rei, sacerdote, pastor; os ofícios de carpinteiro, ferreiro, coureiro, cesteiro, escriba; retidão, justiça, verdade; regozijo, lamentação; conflito, luta; uma terra rebelada; destruição de cidades; fogo devorador; o fogo do lar; arte, música; cada templo — tudo isso e muito, muito mais tinha seu próprio *me*. Atuando em conjunto, os *mes* implementavam as intenções dos deuses para

os seres humanos — aqueles, é claro, que viviam na Mesopotâmia.

De vez em quando, todos os deuses se reuniam em uma grande assembléia, realizada no átrio do templo de *Enlil*, o *Ekur*, em *Nipur*. Sob a presidência de *An*, os deuses então tomavam decisões a respeito do governo do mundo. Malfeitores, humanos ou divinos, eram julgados e sentenciados. A assembléia podia depor reis e decretar a transferência de poder de um reino para outro, e até um dos deuses principais podia ser temporariamente banido. Os deuses também podiam, como veremos, tomar medidas de emergência para evitar que eles próprios fossem destruídos.

3

Embora invisíveis para o olho humano, os deuses eram imaginados, conforme se pode ver por suas estátuas, como possuindo forma humana e também necessidades humanas. Muito antes de existir qualquer ser humano, eles habitavam o mundo que haviam modelado. Os deuses, e não os seres humanos, haviam inventado a irrigação e a agricultura, e o fizeram para satisfazer suas próprias exigências. Além disso, no início, todos os deuses, com exceção dos quatro principais, haviam trabalhado na construção e na manutenção dos canais, na sementeira e na colheita. A humanidade só foi criada por *An* porque esses deuses se cansaram de trabalho tão árduo e depuseram as ferramentas. Todos reconheciam que uma função essencial da humanidade era desobrigar os deuses de suas tarefas. Isso determinava a atitude servil dos mesopotâmicos em relação a seus deuses.

Por volta do terceiro milênio, a Suméria — uma região menor do que a Bélgica — continha cerca de uma dúzia de cidades-Estado. Cada uma delas tinha como patrono um deus, ao qual havia sido destinada quando da criação da humanidade e ao qual ela pertencera desde então. Esse deus tinha seu templo na cidade e ali “vivia” — em uma imagem feita de madeira preciosa e vestida com um traje feito de lâminas de ouro —, de maneira muito semelhante a um governante humano em seu palácio. Ali os sacerdotes o serviam como os cortesões serviriam um gover-

nante humano — com um intrincado ritual em que cada gesto seguia estritamente as prescrições tradicionais.

Assim como as divindades egípcias, as mesopotâmicas precisavam ser alimentadas. E o mesmo se dava com seus consortes e filhos, que em geral tinham seus próprios templos, e com os sacerdotes e artesãos vinculados ao templo. Já no terceiro milênio, as oferendas de alimentos e bebidas eram bastante generosas. Em épocas posteriores, tornou-se enorme a quantidade de alimentos destinada, dia após dia, aos templos de cada cidade: touros e javalis, incontáveis ovelhas e aves, centenas de quilos de pão, dezenas de barris de vinho e cerveja. Embora tudo isso significasse um fardo para a população, não há motivo para pensar que ela se ressentia — pois de que outra maneira os deuses teriam força para defender a cidade-Estado, e depois a nação-Estado, situada no centro do mundo ordenado?

Tal como no Egito, a ordem do mundo era percebida como algo essencialmente imutável, mas, enquanto os egípcios consideravam que essa ordem havia sido determinada “no início dos tempos”, na Mesopotâmia ela estava determinada por protótipos celestes. Desse modo, um templo mesopotâmico era uma réplica, não de um outeiro primordial, mas de um templo celeste — uma contrapartida terrena da moradia sublime do deus. Enquanto tal, era um vínculo entre o céu e a terra, uma afirmação do relacionamento duradouro entre as atividades terrenas e o mundo dos deuses.

Não havia maior glória para um rei do que receber de um deus um pedido para que reconstruísse seu templo arruinado, pois ao fazer isso ele estava reafirmando a ordem estabelecida no céu.⁶ Todavia, o templo precisava ser erguido exatamente no mesmo local, seguindo exatamente o mesmo projeto, exatamente com os mesmos materiais e a mesma ornamentação do templo anterior. Quando o último de todos os reis mesopotâmicos, Nabu-na'id da Babilônia (555-39), estava reconstruindo um templo do deus-sol, este mesmo indicou-lhe os alicerces que haviam sido colocados por um dos primeiros reis sumérios e que ninguém havia visto desde então. Este templo primitivo, por sua vez, era uma cópia exata de outro templo ainda mais antigo, erigido pelos próprios deuses na época da criação do mundo, quando ainda não havia nenhum ser

humano. O protótipo deste templo primordial estava preservado no céu; assim, ao reconstruir o templo, o rei seguia um modelo supraterrano que havia existido, imutável, desde o começo de tudo.

Era dessa maneira que cada rei via sua própria obra — desde o grande governante do primeiro império babilônico, Hamurabi (1792-50), até o assírio Senaqueribe (704-681), o qual, ao reconstruir um templo, alegou que desenterrara “fundações cuja estrutura havia sido traçada ali para toda a eternidade na escrita do céu”. E isso não era tudo: durante a reconstrução, os deuses não apenas prescreviam as medidas do templo, como determinavam os próprios gestos do rei, de modo que reproduzisse os gestos que eles mesmos haviam feito quando, no início, haviam erguido o primeiro exemplar do protótipo celeste.

4

A guerra e as ameaças de guerra, que levaram à substituição das aldeias desprotegidas por cidades fortificadas, também estimularam o desenvolvimento da monarquia. E, se no início um rei era eleito para enfrentar alguma emergência específica, abdicando de sua autoridade quando a situação se resolvia, isto deixou de ocorrer quando a guerra se tornou corriqueira. A partir do segundo milênio, a monarquia permanente foi a forma de governo no mais comum entre os Estados mesopotâmicos, fossem eles grandes ou pequenos, sumérios ou acádios. Ao mesmo tempo, o rei tornou-se uma figura majestosa, despertando temor e reverência em seus súditos. Uma aura sobrenatural, até então sempre atribuída às divindades, passou a circundá-lo.

Embora os reis mesopotâmicos raramente fossem divinizados, eram pelo menos escolhidos pelos deuses.⁷ A realeza, que existia independentemente de qualquer rei, era originária do céu. Foi o deus An quem enviou a realeza e sua insígnia à terra logo após a criação da humanidade, e pelo melhor dos motivos: os seres humanos revelaram-se tão estúpidos que necessitavam de governantes para que pudessem servir aos deuses da maneira apropriada.

Como soberano celeste, An convocava todo rei novo, apresentava-o com o reino e a insígnia, instalava-o em seu palácio e

dava-lhe a “palavra” de An. E quando este foi em grande parte substituído por Enlil, e depois por Marduk e Ashur, o relacionamento entre deus e rei permaneceu inalterado. Os reis da Assíria, com milhões de súditos, governavam na condição de representantes e instrumentos do deus Ashur, assim como os soberanos das primeiras cidades-Estado sumérias haviam governado seus minúsculos territórios em nome dos deuses padroeiros de suas cidades.

Um Estado mesopotâmico era a suprema expressão na terra da ordem estabelecida pelos deuses e a tarefa do rei era garantir que, em seus domínios, essa ordem fosse mantida. Isto valia tanto para o rei de uma cidade-Estado suméria como para o soberano de um império assírio ou babilônico. Quando Gudea, rei de Lagash, foi instruído por um oráculo a reconstruir o templo da cidade, tal instrução veio do deus tutelar de Lagash, o qual por sua vez a recebera do próprio Enlil. Do mesmo modo, um monarca assírio consultaria o deus nacional Ashur ou então o deus-sol Shamash antes de lançar uma campanha militar ou até quando precisava nomear um funcionário graduado. As inscrições históricas assírias — que relacionam os templos erigidos por determinado rei, as obras de irrigação que empreendeu e as vitórias que conquistou — eram todas dirigidas para os olhos divinos e não para os olhos humanos. É por este motivo que eram colocadas em frente à estátua do deus ou enterradas em seu templo. O objetivo de cada inscrição era mostrar ao deus o quanto o rei havia contribuído para o fortalecimento do mundo ordenado.

O rei também representava seus súditos perante os deuses. Longe de ser um monarca absoluto e despótico, estava limitado por inúmeros deveres religiosos — no cumprimento dos quais era supervisionado por uma inflexível classe sacerdotal. A fim de manter os deuses bem-dispostos, o rei precisava orar, jejuar, submeter-se a purificações rituais e seguir uma grande quantidade de prescrições mágico-religiosas. Cabia a ele determinar a quantidade de oferendas religiosas feitas diariamente em cada templo e cuidar para que cada templo tivesse o suficiente, em terras e rendas, para assegurar tais oferendas. Também era de sua responsabilidade a construção de novos templos e a reforma dos decadentes. Em troca do cumprimento consciencioso de todas essas

obrigações, esperava-se que os deuses concedessem fertilidade à terra. Mesmo aqui o rei era implicado. Os deuses podiam enviar chuvas abundantes, mas cabia ao rei assegurar que a irrigação fosse feita de maneira eficiente e que o sistema de canais funcionasse a contento.

Sob todos os aspectos, o bem-estar do reino dependia, portanto, do soberano. Este era mencionado como “aquele que mantém a vida do país”. A presença no trono de um rei devoto era vista como garantia de que o ciclo das estações prosseguiria sem tropeços, de que as safras seriam regulares e abundantes, e de que as gerações se sucederiam sem interrupção. Mas sempre eram os deuses que prescreviam os deveres do rei e lhe concediam seus poderes. Assim Lipit-Eshhtar (1934-24) fora escolhido pelos deuses An, Enlil e Ninlil para garantir que haveria abundância de cereais, assim Enlil nomeou Iddin-Dagan (1974-54) para assegurar que as pessoas teriam toda a comida e água doce de que necessitavam.⁸ Um epíteto que vários reis — sumérios, babilônios, assírios — adotaram para si era “lavrador”. Este era um modo de afirmar que o reino devia sua fertilidade à força mágica com que os deuses haviam recompensado a devoção dele. Quanto mais zeloso fosse um rei no serviço aos deuses, maior seria sua eficácia como “lavrador”.

Tal como no Egito, o rei também chamava a si mesmo de “pastor”: cuidava do povo em nome dos deuses, os verdadeiros senhores. E o primeiro dever do pastor real era fazer com que a justiça prevalecesse na terra. Dizer que os mesopotâmicos respeitavam profundamente a lei seria uma enorme atenuação da realidade — para eles a lei era uma criação divina, algo revelado ao rei pelos deuses, de modo que este pudesse promulgá-la em nome deles. Aqui o papel de Utu/Shamash, deus do sol e da justiça, era fundamental. O predecessor de Lipit-Eshhtar, Ishme-Dagan (1953-35), tratou muito bem dessa questão:

*Utu colocou o que é certo, a palavra bem fundamentada, em
[minha boca,
para proferir julgamento, tomar uma decisão, conduzir o povo de
[modo correto,
para colocar a justiça antes de tudo,
para dar a orientação certa aos bons, para destruir os maus [...]*

[...] *de modo que o poderoso não possa fazer apenas sua vontade [...] para destruir o mal, para fazer crescer o que é certo [...].*⁹

A associação entre o monarca governante e o deus-sol podia ser bem ampla. Os hinos reais descrevem Ur-Nammu (2113-96) como predestinado pelo deus Enlil para governar a terra tal qual o próprio Utu, enquanto Lipit-Eshitar é descrito avançando em seu esplendor da mesma maneira que o deus-sol.¹⁰ No prólogo de seu famoso código de leis, Hamurabi compara-se ao sol exatamente por causa de sua preocupação com a justiça:

Anum e Enlil me nomearam

[...]

para fazer com que a justiça prevaleça na terra,

para destruir o perverso e o mau,

para que o forte não possa oprimir o fraco

*para que eu me erga como o sol sobre o [povo de] cabeça negra e para que ilumine a terra.*¹¹

Na famosa estela de Hamurabi, o rei é mostrado de pé em frente ao trono de Shamash, de quem recebe as leis.

Claramente, aquilo que era designado por *kettu* e *mesharu*, e supervisionado por Utu/Shamash, abrangia muito do que hoje seria chamado de “justiça social”. Inundações, secas e pragas sempre obrigavam os camponeses a recorrer a empréstimos com juros elevados; e de meados do terceiro milênio em diante, a maioria deles estava muito endividada, o que levou muitos a venderem a si mesmos como escravos. Vários reis, preocupados em evitar a turbulência social e a instabilidade política, promulgaram uma anistia desses débitos — e também isto foi apresentado como sendo a intenção de Shamash. Na verdade, porém, a preocupação de um governante com a justiça compreendia supostamente tudo o que se referia ao bem-estar da população. O epílogo do código de Hamurabi apresenta esse ideal:

Eu extirpei o inimigo acima e embaixo;

Eu dei um fim à guerra;

Eu promovi o bem-estar da terra;

Eu fiz com que as pessoas descansassem em moradas agradáveis;

Eu não permiti que ninguém as aterrorizasse.

*Os grandes deuses me convocaram,
Para que me tornasse o benevolente pastor cujo ceiro é honrado;
Minha sombra benigna estende-se sobre a cidade.*

Em meu peito eu trago o povo da terra da Suméria e da Acádia;

Ele prosperou sob minha proteção;

Eu os governei em paz;

*Eu os abriguei sob minha força.*¹²

5

Tal como os egípcios, e na verdade como todos os povos do antigo Oriente Próximo, os mesopotâmicos estavam convencidos de que a ordem do mundo existia apenas para o benefício deles próprios e de seus deuses. E, pelo menos desde o terceiro milênio, considerava-se que a guerra era uma das maneiras mais eficazes de fortalecer essa ordem. Não era por acaso que aqueles veículos da vontade e da atividade divinas, os *mes*, incluíam a rebelião, o conflito, o fogo devorador, a destruição de cidades. Ao defender seus domínios e ao conquistar novos territórios, o rei não estava apenas cumprindo a função original e mais básica da realeza, como também estava obedecendo à vontade dos deuses. Em consequência, podia ter a esperança de contar com a ajuda deles: quando desencadeava uma campanha militar, era sempre “com a força e o poder dos grandes deuses”. Uma fórmula tradicional de homenagem ao governante da cidade suméria de Uruk apresenta de maneira explícita esta conexão:

O rompedor de cabeças, o amado príncipe de An,

Ó! Como ele inspirou medo depois que chegou!

*As tropas inimigas sumiram, dispersando-se na retaguarda,
seus homens incapazes de enfrentá-lo.*¹³

A promessa que a deusa da guerra fez ao rei assírio Esharhaddon, cerca de dois mil anos depois, expressa a mesma conexão: “Eu sou Ishtar de Arbela. Eu esfolarei os teus inimigos e os darei a ti”¹⁴

A Ishtar acádia era a mesma deusa que os sumérios conheciam por Inana. Era a irmã de Utu/Shamash — o que é bastante compreensível, pois a justiça no reino e a vitória sobre os inimi-

gos estrangeiros eram ambas manifestações importantes da ordem do mundo. Ishtar controlava os temporais e a chuva — e podia reter a chuva a fim de obrigar uma cidade a se submeter a outra favorecida por ela. Também era capaz de descer até a terra em forma de tempestade, com trovões que faziam tremer a terra e raios que incendiavam as plantações. Era normal que se imaginasse um deus da tempestade participando da batalha nas nuvens: este era o caso do deus da tempestade Ninurta, assim como o de Ishtar. A batalha era chamada de “dança de Ishtar” e a própria deusa se vangloriava:

Quando me ergo no meio da batalha,

Eu sou o coração da batalha,

o braço dos guerreiros

[...]

Meu pai [An] deu-me os céus,

deu-me a terra,

Eu sou Inana!

A soberania ele me deu,

a realeza ele me deu,

o fragor da batalha ele me deu,

o ataque ele me deu,

a tempestade ele me deu,

*o furacão ele me deu!*¹⁵

Ao longo de toda a história da Mesopotâmia, os reis esperaram e comprovaram o apoio divino na guerra, e da maneira mais imediata e concreta: não era só Inana/Ishtar que participava da batalha, mas também os deuses tutelares. Uma estela erigida para comemorar a vitória de um rei da cidade suméria de Lagash conta a cidade vizinha de Umma mostra o deus tutelar de Lagash, Ningirsu, lançando sua rede sobre os inimigos da cidade e rompendo-lhes o crânio com sua maça. Esta batalha teve lugar logo após 2500 a.C. Um baixo-relevo feito quase dois mil anos depois mostra o deus nacional da Assíria, Ashur, pairando no ar sobre o rei enquanto este entra na batalha, empunhando seu arco exatamente na mesma posição em que o rei o faz. E, depois da vitória, o rei atribuiria o êxito aos deuses e não ao comando dele mesmo:

O temor dos grandes deuses, meus senhores, tomou conta deles, eles viram minhas poderosas tropas de assalto e ficaram enlouque-

cidos [de terror]. Ishtar, rainha do ataque e do combate corpo a corpo, que ama meus sacerdotes, postou-se ao meu lado, quebrou os arcs deles e dispersou sua formação de batalha, de modo que todos disseram “Este é o nosso rei!”. Ao seu sublime comando, eles se aproximaram de mim, um após o outro, e se regozijaram como ovelhas, e me trataram como senhor deles.¹⁶

Assim, a cada vitória os deuses e o rei reafirmavam e fortaleciam juntos a ordem do mundo.

6

Por mais obstinadamente que os mesopotâmicos se agarrassem à crença em uma ordem em essência imutável e estabelecida pelos deuses, eles não podiam deixar de reconhecer que, na prática, a vida no interior dessa ordem era bastante insegura. Sabiam muito bem que no mundo atuavam forças caóticas, que sempre havia sido assim e sempre seria. Essa consciência permeia grande parte da mitologia mesopotâmica de todos os períodos.

Há um tipo de mito, que se convencionou chamar de “mito do combate”, que conta como um deus defendeu o mundo ordenado contra os ataques do caos.¹⁷ Na Mesopotâmia, os mais antigos desses mitos são de origem suméria: aparentemente pertencem a uma tradição que estava bem estabelecida já no terceiro milênio.

O herói dos mitos sumérios em geral é Ninurta, deus da tempestade e da inundação da primavera. Era o filho favorito de Enlil e o protetor de toda a Suméria, aquele que lhe garantia prosperidade e harmonia social. Acima de tudo, era um poderoso guerreiro — tão poderoso que ao chegar, inteiramente armado, em sua carruagem ornamentada com troféus de batalha, era capaz de causar pânico entre os próprios deuses reunidos. E também foi capaz de induzir seu pai Enlil a conceder-lhe um culto no próprio templo deste, o Ekur, em Nipur.

Um desses mitos, conhecido sobretudo em sua versão acadia, fala de um combate entre Ninurta e Anzu.¹⁸ Este monstro era um pássaro, provavelmente uma águia ou um abutre de enormes dimensões. Possuía poderes sobrenaturais e pertencia ao mundo dos deuses. No início parece ter sido uma criatura benigna, vivem-

do em bons termos com os deuses. Porém, por volta de 2000 a.C., adquiriu um aspecto sinistro, rebelando-se contra os deuses e tornando-se totalmente maligno, um demônio de fato. Anzu sempre foi associado a Ninurta, como seu parente e animal heráldico. Depois tornou-se seu adversário, em uma luta pelo poder que decidiria o destino do mundo.

Na Mesopotâmia, o poder régio era considerado uma força autônoma, ligada ao rei mas também presente em certos objetos sem os quais o soberano era impotente: não apenas a coroa, o cetro e a túnica real, mas também o “registro das sentenças” e o “registro dos destinos”. Um rei mesopotâmico tinha o direito de decidir o “destino” de seus súditos — ou seja, quais seriam suas carreiras e suas atividades — e essas decisões eram difundidas, sob a forma de decretos escritos, por todo o reino. Acreditava-se que um resumo desses decretos também estivesse incorporado em algum registro, mas na realidade não havia nenhum registro de tal espécie.

Tão carregadas de poder eram as insígnias reais, inclusive o registro fictício dos destinos, que se acreditava que um rei destituído delas se tornaria uma pessoa comum, sem importância política ou poder coercitivo. Por sua vez, os funcionários aos quais o rei delegava autoridade dependiam da presença deste à frente do governo: com o desaparecimento do rei, toda a autoridade era anulada e a maquinaria do reino deixava de funcionar.

Ora, tudo isso também ocorria no domínio cósmico e celestial. Enlil também havia delegado poder aos seus subordinados, os deuses menores. Estes cuidavam do bom funcionamento dos vários aspectos do mundo — mas só podiam fazê-lo enquanto Enlil continuasse de posse de suas insígnias, inclusive do registro dos destinos. Porém, havia um período em que Enlil necessariamente se despojava delas: quando tomava seu banho matinal. Lamentavelmente, o auxiliar no qual Enlil mais confiava, seu íntimo e confidente, revelou-se traçoeiro — como costumava ocorrer também nas cortes humanas. Este auxiliar era o pássaro Anzu. Sempre ao lado de Enlil enquanto este presidia majestosamente o mundo, Anzu, tomado pela inveja e pela ambição, começou a se perguntar por que ele próprio não poderia se tornar o soberano de todos os deuses. E certa manhã, quando Enlil estava sem as insígnias, Anzu apropriou-se do registro dos destinos e fugiu para um

esconderijo nas montanhas. Imediatamente tudo se imobilizou, o mundo mergulhou em uma inércia e um silêncio absolutos.

Os deuses, incapazes de desempenhar suas funções normais, reuniram-se em assembleia; isso também era uma transposição do que costumava ocorrer na terra, em situações similares de emergência. O presidente da assembleia não era o incapacitado Enlil, mas Anu, o ancestral de todos os deuses. Decidiu-se então que um dos deuses seria escolhido para derrotar Anzu, recuperar o registro dos destinos e, com isso, recolocar o mundo em seu eixo. Depois de três deuses terem recusado a missão, alegando ser esta impossível, o sábio e astucioso Ea (Enki) convenceu a grande deusa, mãe de todos os deuses, a fazer com que seu favorito, Ninurta, tomasse a si o encargo. Primeiro Ninurta tentou sobrepujar Anzu envolvendo-o em “sete ventos”, como se fosse uma rede; mas Anzu, por estar de posse do registro dos destinos, escapou todas as vezes. De novo Ea foi obrigado a intervir. Seguindo seus conselhos, Ninurta conseguiu cortar as penas de Anzu e trespassá-lo com flechas; em seguida, cortou-lhe o pescoço. Não chegou até nós o final do poema, mas cabe supor que a fonte de poder foi restituída a Enlil e que os deuses menores retomaram suas atividades. Quanto a Ninurta, sua fama correu o mundo.

Outros mitos nos contam de que modo o ordem do mundo foi ameaçada por monstros saídos do *abzu* subterrâneo, eles próprios dotados de toda a força destrutiva das águas do caos. Labu era um gigantesco dragão marinho, com 480 quilômetros de comprimento e 48 de altura. De tempos em tempos, saía do mar para devastar a terra, dizimando pessoas e animais, aterrorizando até mesmo os deuses. Aqui também o primeiro deus escolhido para enfrentar o monstro recusou-se a lutar. No final, o deus da tempestade, cavalgando as nuvens, conseguiu destruir o dragão; e parece que foi recompensado com a soberania sobre os deuses.

Em seguida havia o demônio Asaku, que vinha à terra em uma nuvem ou no vento do norte: um espírito de nulidade, causador de enfermidades, destruidor de animais recém-nascidos e ocasional de tempestades de areia.¹⁹ Em sua luta com Asaku, Ninurta foi derrotado no início, mas em seguida, aconselhado por seu pai Enlil, lançou a inundação contra o demônio e, enquanto este estava submerso, desferiu-lhe um golpe fatal. Em seguida, a

própria inundação trouxe destruição à terra. Os deuses responsáveis pela irrigação e pela agricultura foram levados ao deserto. E Ninurta outra vez entrou em ação: empilhou grande quantidade de rochas, formando um dique diante da Suméria. Quanto à inundação que já cobrira a terra, Ninurta a canalizou para o Tigre, com resultados admiráveis:

Contemplem agora tudo o que há na terra

Regozijem-se com Ninurta, o rei da terra;

Os campos proporcionaram muitos cereais,

A colheita no palmar e no vinhedo foi abundante,

E amontoada nos celeiros e colinas.²⁰

Esses mitos sumérios de uma luta entre deuses e monstros do caos são os primeiros exemplos — já eram conhecidos antes de 2000 a.C. — de uma tradição que iria perdurar por milênios. Tratava-se também de uma tradição muito difundida: como vemos nos capítulos posteriores, era conhecida dos hindus védicos e, quase certamente, também dos iranianos. Na Mesopotâmia, receberia sua expressão mais famosa na Babilônia, quando já possuía uma história de mais de mil anos.

7

O famoso mito, ou epopéia, babilônico *Enuma elish* (assim chamado por causa de suas palavras iniciais, que significam “Quando, no alto”) conta os feitos do deus Marduk.²¹ As façanhas de Ninurta sem dúvida eram conhecidas de seu autor, ou autores, mas a história que ele relata tem uma dimensão muito mais majestosa.

Marduk sempre foi o deus tutelar da Babilônia, e já no período inicial da supremacia babilônica Hamurabi o havia promovido à condição de deus supremo. O *Enuma elish* reiterou esta dignidade, com idêntica intenção política, no segundo período de supremacia babilônica. E, no início do primeiro milênio, quando a Assíria substituiu a Babilônia como potência dominante, uma nova versão da história foi composta, tendo Ashur como herói.

O *Enuma elish* apresenta um mito da criação muito mais elaborado do que a cosmogonia tradicional. A obra começa com

um relato de como eram as coisas no início. Nem o céu nem a terra existiam — havia apenas um caos aquoso, no qual a água doce subterrânea, Apsu (imaginado como sendo masculino), estava misturada com a água salgada do mar, Tiamat (imaginada como feminina). No começo não havia nenhum deus, mas então Apsu gerou dois deles, nascidos de Tiamat. Gerações de deuses se seguiram, habitando o vazio informe. A configuração do mundo ainda pertencia ao futuro.

Porém, assim que foram criados, os deuses introduziram um novo princípio no mundo — o movimento. Apsu e Tiamat representavam o repouso, a inércia; extraordinariamente velhos, queriam apenas ser deixados em paz. Os jovens deuses, ao contrário, eram ativos, agitados. Quando se reuniam para dançar, sempre incomodavam Apsu. Este queixou-se a Tiamat — afirmando que tal comportamento atrapalhava seu descanso durante o dia e seu sono durante a noite — e declarou que pretendia despedaçar todos os deuses.

Tiamat, na condição de mãe, não podia evidentemente sentir na destruição de sua prole. Mas Apsu continuou a tramar a destruição deles, que acabaram por saber desses planos. E foram tomados pelo pânico — até que Ea encontrou uma solução: por meio de uma fórmula mágica, fez Apsu cair no sono. Em seguida, despojou-o da coroa e do manto real, matou-o e estabeleceu sua própria residência acima dele. Desse modo, as águas subterrâneas foram dominadas — como também Ninurta o fizera —, enquanto Ea erigiu seu templo em Eridu, sobre as águas de uma laguna.

Nascido em Eridu, Marduk era filho de Ea. Uma esplêndida criatura desde o nascimento, com força e sabedoria sobrenaturais, ele é o verdadeiro herói do mito. Suas aventuras começaram quando seu avô Anu criou os ventos tempestuosos para que brincasse. Mas, com isso, agora outros deuses é que não conseguiam dormir. Esses deuses, espíritos afins ao de Apsu, foram bem-sucedidos ali onde Apsu fracassara: convenceram a própria Tiamat a tomar alguma medida contra o principal grupo de deuses, aliados de Anu, Ea e Marduk — os quais afinal eram coletivamente responsáveis por ela ter perdido seu consorte Apsu.

Tiamat preparou-se para a guerra e gerou as tropas que iriam lutar: serpentes monstruosas com presas afiadas e corpos repletos